

Crescem dívidas de Estados e municípios

Da sucursal de
BRASÍLIA

Dos 20 itens da pauta da ordem do dia do Senado, na sexta-feira, 13 eram referentes a empréstimos interno ou externo a Estados e municípios. Dois pequenos Estados nordestinos, Alagoas e Rio Grande do Norte, foram contemplados (ou endividados) com 25 e 20 milhões de dólares, respectivamente. Desde março, o Estado que mais solicitou empréstimo externo foi o de São Paulo, com pedidos de até 170 milhões de dólares, todos aprovados no Senado.

A frequência de projetos dessa natureza, solicitando a necessária autorização do Senado para o endividamento dos Estados e municípios, tem aumentado nos últimos meses. Só em novembro, a Comissão de Economia do Senado recebeu cerca de 19 pedidos de empréstimos internos, sendo nove de municípios paulistas, e que serão aprovados até no fim do mês.

De março a novembro, o número de pedidos de empréstimos internos, formulados pelos Estados e municípios e encaminhados pelo governo à apreciação do Senado, correspondeu a 20,47 bilhões de cruzeiros. Para empréstimos externos, o Senado emitiu 17 pareceres favoráveis, totalizando US\$ 1,12 bilhão. Os três pedidos do governo de São Paulo foram todos para o prosseguimento das obras de construção da linha Leste-Oeste do metrô paulistano.

A enxurrada de projetos dessa natureza, segundo alguns parlamentares, tende a

diminuir no próximo ano, se os Estados e municípios acatarem sugestão do ministro do Planejamento, Delfim Netto, no sentido de reduzir os gastos e, dessa forma, controlar os crescentes déficits orçamentários. Para se endividar, contraindo empréstimos externos ou internos, o Estado e município necessitam da autorização do Senado, prevista na Constituição. A Câmara dos Deputados, entretanto, não tem qualquer competência quanto ao assunto.

Em recentes discussões no Senado, alguns parlamentares que já foram prefeitos, como é o caso do oposicionista José Richa, ex-prefeito de Londrina, demonstraram total apoio às contensões de despesas dessas unidades da Federação. Os parlamentares alegam que os Estados e municípios convivem com dificuldades orçamentárias, só lhes restando a alternativa dos empréstimos para realização de obras públicas de grande porte.

Em junho deste ano, o líder da oposição no Senado, Paulo Brossard, pediu vistas de um projeto de pedido de empréstimo para o Rio Grande do Sul. Brossard deu um voto em separado, utilizando-se de dados do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, demonstrando que o endividamento interno e externo daquele Estado se verifica em um ritmo muito maior do que o crescimento,

"INFLACIONÁRIOS"

As solicitações de empréstimos encaminhadas ao Senado até há pouco tempo eram aprovadas de forma pacífica e sem discussões. Recentemen-

te, após aprovação nas comissões técnicas, os projetos têm merecido debates exaustivos no plenário. Durante toda a semana passada, o senador oposicionista Dirceu Cardoso tentou obstruir as votações, pedindo verificação de **quorum** e exigindo, na maioria das vezes, a rejeição dos projetos, sustentando que os mesmos são inflacionários.

No entanto, Dirceu Cardoso não encontra apoio da maioria do Senado para rejeição de qualquer projeto reivindicado pelos governos estaduais e prefeituras. Na quinta-feira, o senador José Lins alegou que os empréstimos são as únicas saídas aos Estados para resolver seus problemas administrativos. "Chegou-se à conclusão de que a União vai bem, os Estados estão pobres e os municípios miseráveis" — observou o arenista. Segundo José Lins, os problemas do povo brasileiro surgem e convivem a nível do município e as prefeituras estão a braços com os problemas de suas administrações, cuja dificuldade fundamental reside na falta de recursos.

Após a aprovação dos projetos no Senado, os representantes dos Estados, que geralmente são também os relatores da matéria nas Comissões de Economia ou Finanças, encaminham imediatamente o processo aos agentes financiadores. Até o momento, nenhum projeto dessa natureza mereceu rejeição no Senado e, além do mais, servem de trunfo político aos parlamentares junto às próprias prefeituras e assembleias legislativas de seus respectivos Estados.